

# A hora do Centro Democrático

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Agora é a hora de ganhar ou perder a Constituição que vamos fazer" — disse ontem, sob aplausos, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Ana, durante reunião de institucionalização do Centro Democrático, reunindo parlamentares moderados do PMDB. Na reunião, o deputado paulista Del Bosco Amaral, que deixou a vice-liderança do PMDB, afirmou que "os abandonados da Constituinte representam a maioria".

Presidindo os trabalhos, o deputado cearense Expedito Machado leu documento com os objetivos do Centro Democrático, afirmando que o grupo tem a finalidade de "afirmar a vontade democrática de centro, de ampla maioria do País". O grupo "rejeita e se opõe a qualquer tipo de radicalismo ou sectarismo políticos, que podem distorcer os valores e princípios da maioria do País".

A previsão é que o Centro Democrático venha a agrupar mais de 150 parlamentares do PMDB, entre deputados e senadores. A primeira reunião oficial do grupo, ontem à tarde, compareceram cerca de 40 constituintes, entre os quais os senadores João Calmon, Irapuá Costa Júnior, Louremberg Rocha e Áureo Mello.

A partir de hoje, serão escolhidos os coordenadores regionais que formarão o conselho consultivo, cujo presidente será indicado por seus integrantes. Caberá ao presidente indicar o coordenador-geral, que terá a atribuição de escolher três coordenadores. A gestão dos dirigentes do Centro Democrático terminará com a promulgação da nova Constituição.

Expedito Machado afirmou que, embora instrumento da afirmação política do PMDB, "o Centro Democrático não exclui o diálogo e entendimento com outras expressões partidárias e apatidárias".

"O Centro Democrático compromete-se a adotar o diálogo como princípio de sua ação, a negociação como meio e o consenso como meta, tanto no seio do partido quanto em suas relações externas", disse Expedito. Esclareceu, ainda, que o Centro

Democrático contribuirá para o apoio parlamentar ao Executivo, "mas não de forma absoluta e incondicional". Mostrou, também, que o grupo defende uma nova Constituição "moderna e inovadora, fundada na democracia como estilo de vida, como regime político e como método de solução pacífica dos conflitos".

Ubiratan Aguiar, vice-líder do PMDB na Câmara, transmitiu mensagens do líder da bancada, deputado Luiz Henrique, afirmando que a liderança apóia todo o movimento que defende a unidade e os princípios programáticos do partido.

O compromisso básico do Centro Democrático é "dotar o País de uma Carta constitucional que lhe assegure uma política de desenvolvimento com liberdade, cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa, como força propulsora da economia, e na justiça social, como fundamento de uma vida digna e pacífica para todo o povo brasileiro".

Compareceram à primeira reunião também os deputados Roberto Cardoso Alves, Jorge Viana, Marcus Lima, José Geraldo Ribeiro, Max Rosemann, Paulo Zazur, José Mendonça de Moraes, Geraldo Fleming, Del Bosco Amaral, Jorge Leite, João Agrifino Neto, Mendes Ribeiro, Rosa Prata, Sérgio Werneck, Arnaldo Moraes, Maurício Nasser, Dalton Canabrava, Aloisjo Vasconcelos, Osvaldo Sobrinho, Manoel Ribeiro e Basílio Vilani.

"O Centro Democrático não é o começo de um novo partido. Vai para onde o PMDB for, porque este grupo integra o partido e deseja o seu fortalecimento" — disse Expedito Machado a Ulysses Guimarães, no Palácio do Planalto. O deputado explicou que, apesar de o grupo possuir agora uma estrutura organizacional, ele não significa a formação de um novo partido, embora reconheça que a atual estrutura do PMDB é obsoleta.

Para o senador Mário Covas, a formalização do Centro Democrático é ruim para o partido, por significar divisão interna. A seu ver seria melhor o PMDB votar de forma unitária na Constituinte. Mas, se isso não for possível Covas vai subir à tribuna para defender os pontos programáticos reiterados e aprovados pela convenção nacional do partido.

ções brasileiras: "O aço brasileiro não está tendo condições de competir no Exterior", disse o deputado, frisando que o Grupo Parlamentar Siderúrgico lutará para que a siderurgia "tenha melhor rentabilidade no mercado interno e externo".

Na opinião do presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), André Musetti, a formação do grupo é uma esperança a mais para as empresas do setor solucionarem seus problemas. De acordo com Musetti, o Brasil deverá produzir, até o ano 2.000, 50 milhões de toneladas de aço, com a utilização de recursos da ordem de US\$ 25 bilhões. Ele salientou, entretanto, que essa meta só será alcançada com o trabalho efetivo do grupo parlamentar.



Alencar Monteiro

Caiado queixa-se a Richa do que chama de "AI-5 rural"

## Proposta de Cabral revolta os ruralistas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A União Democrática Ruralista (UDR) não aceita a imissão imediata da posse de terras desapropriadas pelo governo, mediante pagamento em dinheiro, conforme consta da proposta do relator Bernardo Cabral. Por isso, o presidente da entidade, Ronaldo Caiado, acompanhado de lideranças rurais de 19 Estados, esteve ontem durante uma hora e meia com o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, a quem solicitou que leve ao presidente Sarney e aos ministros da área a preocupação da UDR.

"Não podemos aceitar esse cavalo de Tróia que querem enfiar na reforma agrária. Isso é destruir o direito de propriedade no setor rural e colocar uma guilhotina no pescoço do produtor. Nós não estamos com nossas propriedades à venda" — disse Caiado, após a audiência com Costa Couto, argumentando que a imissão imediata impede o produtor de reaver sua propriedade na Justiça.

A saída do Palácio do Planalto, ao encontrar o jurista Miguel Reale Júnior, que assessora o PMDB informalmente, o presidente da UDR repetiu o que dissera momentos antes. "Não podemos aceitar isso. Os políticos precisam entender que isso vai gerar inquietação, pois estão querendo destruir o setor produtivo" — foi o argumento utilizado por Caiado e não aceito por Reale Júnior. Ele insistiu que poderia apresentar ao jurista as últimas 100 desapropriações do Incra que, segundo o presidente da UDR, atingem áreas produtivas. Falando alto, Caiado chamou a atenção dos que estavam perto e Reale Júnior preferiu-lhe recomendar que procurasse os constituintes, argumentando que sua função é apenas de assessoramento.

Fazendo duras críticas aos técnicos do Incra, Ronaldo Caiado lembrou que, apesar de caber somente ao presidente da República assinar as desapropriações, o presidente recebe os processos montados "por pessoas que não têm qualidades técnicas e que são colocadas no Incra muito mais por suas posições ideológicas". Na versão de Ronaldo Caiado, estão sendo feitas desapropriações de fazendas produtivas. Ao produtor, de acordo com o presidente da UDR, não interessa receber em dinheiro o valor de suas terras produtivas, quando comprovado o erro, no caso da imissão imediata, "mas ter de volta a sua propriedade".

"MARXISTAS"

De acordo com Caiado, o esboço de como se faz reforma agrária com justiça constará do projeto que a UDR está preparando para entregar ao ministro Marcos Freire, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário em setembro. "Vamos tirar a ideologia do Incra" — garantiu, acrescentando que a proposta de imissão imediata é grave na medida em que transfere o direito de propriedade no campo "para as mãos menos honradas dos técnicos do Incra", a quem denominou de "marxistas retrogrados".

A tarde, após conversar com o senador José Richa (PMDB-PR) e outros parlamentares a respeito da imissão imediata de posse de terras desapropriadas, mediante pagamento em dinheiro, friso tratar-se de um atentado contra o direito de propriedade que corresponde, na prática, para o setor rural, ao que o AI-5 representou para a classe política nos piores tempos do autoritarismo. Segundo Caiado, o senador teria concordado com o argumento da UDR, de que o assunto deve ser tratado em legislação ordinária, e não constitucional.

## Congresso cria Grupo Parlamentar Siderúrgico

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Com o objetivo de promover e intensificar o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil foi criado, ontem, o Grupo Parlamentar Siderúrgico, com a participação de quatro senadores e 66 deputados. Para o presidente do grupo, deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), é fundamental para a siderurgia brasileira ter um foro onde possa discutir os pontos de estrangulamento do setor e, em seguida, apresentá-los ao Executivo.

Segundo Israel Pinheiro Filho, as elevadas taxas portuárias e a irreal política de preços praticada, no momento, estão inibindo as exporta-